

NOTA PRÉVIA

O Conselho Nacional de Educação promoveu em 2000 a realização de uma investigação sobre a “Situação do Ensino Básico em Portugal” na qual se reconhecia a importância da intervenção neste nível do Sistema Educativo e a necessidade de se combater a Exclusão Social, nomeadamente, através de oportunidades educativas que limitem assimetrias regionais, desigualdades sociais, disparidades de meios humanos e de recursos materiais.

O Estudo “Identificação de Riscos Educativos no Ensino Básico” que ora se publica integrou-se no referido projecto, a par de um outro dedicado à Educação Pré-Escolar¹, e esteve a cargo de uma equipa de investigação do Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, sob orientação da Professora Isabel Guerra e coordenação das Dras. Maria Isabel Duarte e Maria Madalena Matos, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

De acordo com as autoras, o conceito de “risco educativo”, no âmbito deste Estudo, descentra-se do indivíduo em risco – por ter insucesso escolar e não poder efectuar correctamente a passagem da escola para a vida adulta e para o mundo do trabalho, para se situar ao nível institucional (o sistema escolar, as escolas), considerando o risco que a instituição enfrenta de não conseguir atingir os seus objectivos estratégicos mais importantes.

Através de uma abordagem fundamentalmente quantitativa e baseada no tratamento de informação estatística recolhida junto de vários serviços do Ministério da Educação, as autoras procuravam a identificação de vulnerabilidades e potencialidades na rede educativa e a identificação de zonas-problema com maior incidência de situações potenciais de risco educativo.

De entre as conclusões deste trabalho, baseadas na análise dos dados relativos à “desistência” e “retenção” de alunos do ensino básico,

¹ Vasconcelos, T. *et al.* (2003). **Educação de Infância em Portugal. Situação e Contextos numa Perspectiva de Promoção de Equidade e Combate à Exclusão.** Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

relevam-se as que apontam para um crescimento das desistências entre o 1.º e o 3.º ciclos. Não menos importante, e por certo a merecer atenção, é o facto de ambas as taxas terem os valores mais elevados no primeiro ano de cada ciclo, o que poderá indicar que algumas das causas para tal efeito poderão estar na estrutura dos ciclos e do sistema e não tanto nos alunos.

Já no que respeita aos indicadores de risco escolar, o estudo aponta para a confirmação de que não existirá uma variável associada ao risco escolar que possa ser apontada como a origem ou a causa desse risco. Parece existirem, isso sim, causalidades múltiplas complexas merecedoras de análise e compreensão através de diferentes abordagens metodológicas.

O Conselho Nacional de Educação sempre dedicou atenção e deu relevo às questões do ensino básico no nosso País. Desde 1989, o CNE emitiu diversos Pareceres, nomeadamente, sobre gratuidade da escolaridade obrigatória, planos curriculares, manuais escolares, orientação e psicologia, avaliação, desenvolvimento pessoal e social, administração das escolas, acreditação e formação dos professores, etc. Também no que respeita aos estudos e relatórios que promove, o Conselho deu relevo às questões da Literacia em Portugal, das Reformas dos Ensinos Básico e Secundário, da Formação Contínua de Professores ou dos Alunos com Necessidades Educativas Especiais. De entre os Seminários e Colóquios realizados, com alguma incidência no Ensino Básico, destacam-se os temas: Ensino Experimental das Ciências, Redes de Conhecimento/Redes de Aprendizagem e Ensino da Matemática.

Já em 2003, e de acordo com a relevância maior que atribui ao Ensino Básico, o Presidente do Conselho Nacional de Educação, Prof. Doutor Manuel Porto, propôs a realização de um Estudo sobre as medidas necessárias à redução da retenção e do abandono precoce no 1.º ciclo, que obteve idêntico apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

Manuel I. Miguéns